

O porquê do MERCOSUL

“acho impossível conhecer as partes sem conhecer o total, nem conhecer o total se não conhecer especialmente as partes”
Blaise Pascal, *Pensamentos*¹

Murílio de Avelar Hingel

Bacharel e licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (1955). Especialista em Ensino de 1º e 2º graus e em Planejamento Educacional para Ensino de 1º grau. Membro do Conselho Nacional de Educação (2004/2008). Membro da Diretoria Nacional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (1974/1998). Secretário Municipal de Educação e Cultura de Juiz de Fora - MG (1967/1973). Secretário de Estado da Educação de Minas Gerais (1999/2003). Ministro de Estado da Educação e do Desporto - Br (10/1992 a 12/1994). Professor Emérito da Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutor “Honoris Causa” das Universidades Federais: UFES, UFLA, FURG, UFRRJ, UFPI, UFPel. Chevalier dans l’Ordre des Palmes Académiques -Governo da França (2003).

248

Entrevista

O presente texto² tem o propósito de refletir sobre a importância do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), possível encaminhamento para um futuro mercado comum da América do Sul e, no futuro, de toda a América Latina.

A mundialização é evidência dos tempos atuais. Há que se considerar o papel do indivíduo nesse contexto, como afirma o sociólogo Edgar Morin: “*Os cidadãos devem estar conscientes de seu duplo pertencimento: nacional e planetário*”³.

¹ Blaise Pascal (1623-1662) filósofo e cientista francês.

² Nota del Editor: El autor hizo la opción de responder por escrito y sin el formato entrevista.

³ “As Chaves do século XXI”, UNESCO, 2000 – vários autores.

Avelar Hingel, M. (2021). O porquê do MERCOSUL. Entrevista. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 248–254.

No mundo atual coexistem mais de 200 países com realidades distintas: extensos, médios e pequenos, mais e menos populosos, densamente e menos habitados, ricos, desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Há evidente assimetria, mas todos os habitantes da terra têm em comum: liberdade de pensamento e criação, igualdade de direitos e oportunidades e fraternidade de convivência e solidariedade.

Emerge a necessidade de constituição de blocos de países com objetivo de facilitar integração econômica, social, cultural e educacional, que possibilita entendimento para proporcionar à humanidade nível de vida equânime.

A História ensina que a humanidade tem convivido com guerras e conflitos, do alvorecer dos tempos até a época atual.

Entende-se que a Segunda Guerra Mundial foi momento de extrema violência: enfrentaram-se duas concepções de mundo, opondo democracia à tirania, nazi-fascismo à liberdade.

Diante do quadro devastador em 1945, as nações vencedoras buscaram construir novo caminho: o de entendimento. A referência foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus extensões: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência, Cultura e Meio Ambiente (UNESCO); Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização Mundial do Trabalho (OIT); Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. A visão multilateral nem sempre conduziu aos efeitos pretendidos. Guerras não foram evitadas. Embora tenham apresentado características localizadas, conflitos intranacionais ocorreram com frequência, desigualdades aprofundadas e desencontros ideológicos marcantes.

A Europa foi dividida em dois blocos, oeste e leste: Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON). A bipolaridade desapareceu com a extinção da União Soviética (URSS), mas surgiram outras divergências de natureza econômico-ideológica.

Paralelamente ocorreram progressos significativos com a formação de blocos de países, o mais bem sucedido sendo o da União Europeia (EU). Seu desenvolvimento e contínua ampliação foram definidos pelo Tratado de ROMA de 1957, com seis países (Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, França e Itália), ampliada em 1973, 1981, 1986, 1995, 2004, 2007 e 2015, com a admissão da Croácia, perfazendo vinte e oito países. Neste íterim nasceu o Acordo de SCHENGEN, a política de abertura de fronteiras e livre circulação de pessoas, excluindo Reino Unido, Irlanda, Romênia, Bulgária e Croácia.

O passo mais audacioso foi a criação da Zona do Euro abrangendo Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Espanha, Estônia, Finlândia, Grécia, França, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Eslováquia e Eslovênia. Há países que reivindicam adesão. O Reino Unido deixou o Bloco em 2020 (BREXIT).

A construção da União Europeia, com a estrutura atual de vinte e sete países não tem sido tarefa fácil⁴. Os desafios eram e são muito grandes:

- A França com 549.086 km² e Malta com 427 km²;
- Alemanha tem 81.197.000 hab. e Luxemburgo 556 mil hab;
- os Países Baixos têm 406 hab/km² e a Suécia 22 hab/ km²;
- a Bélgica apresenta renda per capita de US\$ 46,4 mil e a Bulgária de US\$ 9,8 mil;
- Espanha, Portugal e Itália falam línguas neolatinas, irmãs, e a Grécia fala grego e usa alfabeto próprio;
- os índices de alfabetização são convergentes, acima de 95%.

O processo de integração foi beneficiado pelos “*trinta gloriosos*” anos seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial: a Europa Ocidental viveu época de grande progresso econômico, possibilitando legislação social generosa, fortalecimento do trabalho pela organização de sindicatos fortes e efetivação de reforma agrária (Ex: Itália) e pelo planejamento progressivo.

Simultaneamente, desenvolveram-se programas integradores como a assistência econômico-financeira aos países pobres ou menos ricos, pelo financiamento de infraestrutura: em plena pandemia da COVID-19, mundial, a UE aprovou doação e financiamento dos membros mais a menos ricos, buscando desenvolvimento equilibrado (junho, 2021).

No campo educacional o Programa ERASMUS (Plano de Ação da Comunidade Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários) faz do Espaço Europeu de Educação Superior importante fator integrador, com livre circulação de estudantes e professores por instituições universitárias integradas e reconhecimento dos estudos e diplomas.

A estrutura político-institucional e econômica da UE –que respeita as soberanias nacionais em suas próprias identidades e diferenças histórico-culturais milenares– assim se compõe:

- Parlamento Europeu: Câmara Baixa, com representantes eleitos pelos países membros, com sede em Estrasburgo (fronteira Franco-alemã);
- Conselho Europeu: constituído pelos chefes de governo, que definem os objetivos e prioridades gerais do Bloco;
- Conselho da União Europeia: Câmara Alta, que aprova acordos internacionais, estabelece a política externa e de segurança comum, sede em Bruxelas;
- Comissão Europeia: poder executivo, administra o orçamento, implementa a política comum, negocia tratados internacional (sede em Bruxelas);

⁴ União Europeia 2021: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Espanha, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Romênia, República Tcheca, Suécia.

- complementam órgãos de controle judiciário (Tribunal de Justiça Europeu e Tribunal de Contas Europeu), sede Luxemburgo;
- Banco Central Europeu: trata da política monetária e da estabilidade dos preços na Zona do Euro (sede Frankfurt).

A afirmação que dá título ao presente texto, de certa forma, está respondida. A criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), como bloco de países que buscam desenvolvimento conjunto e equânime, inspira-se no exemplo bem-sucedido da UE. À aproximação entre Argentina e Brasil, ocorrida nos anos de 1980, seguiu-se à assinatura do tratado de Assunção em 1990, com a criação do MERCOSUL com aqueles países mais Paraguai e Uruguai. Os fatos marcantes a assinalar são: o protocolo de Ouro Preto (1994), que institucionalizou o bloco; o protocolo de Ushuaia (1998), que estabeleceu o compromisso democrático entre os países membros; a adesão da Venezuela (2006), em suspenso e a fase final de adesão da Bolívia (2015). São países associados aos demais que compõem a América do Sul, com exceção da Guiana Francesa: Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

A composição inicial compreendeu o princípio lógico de quatro países com fronteiras comuns e localizados no Cone Sul da América (MERCOSUL/MERCOSUR). Ao lado desse princípio referencial encontramos outros pontos de aglutinação: a bacia hidrográfica do Prata, a História comum –o processo de colonização Ibérica– e conflitos de natureza territorial e comercial não impediram a integração por benefícios comuns.

No que se refere aos conflitos nada é mais significativo do que a superação de guerras seculares entre Alemanha e França, pois a convivência não parecia exequível: as diferenças de formação territorial, de língua, de cultura, foram superadas pelos interesses maiores e avanços civilizatórios.

Estamos caminhando como a UE, com avanços progressivos que poderão chegar à moeda comum. A progressividade proporciona condições para a constituição de um mercado abrangendo toda a América do Sul. Depois de atingido este objetivo, num futuro próximo, talvez se torne possível a integração de toda a América Latina, até a fronteira norte do México.

Aparentemente os países integrantes do MERCOSUL apresentam assimetria: as dimensões continentais do Brasil (8.500.000 km²) seguem-se a da Argentina (2.780.000 km²) e do Paraguai e Uruguai, com áreas menores (407.000 km² e 170.000 km²). Há diferenças também na população: ao Brasil com 212 milhões de hab., seguem-se a Argentina com 46 milhões, o Paraguai com 7 milhões e o Uruguai com 3,4 milhões. Mas a densidade populacional é mais equilibrada: Brasil 23,8, Uruguai 18,6, Paraguai 18,0 e Argentina 16,3 hab./km².

Os indicadores sociais apresentam um maior equilíbrio:

- O Brasil tem um PIB de US\$ 1,4 trilhões com uma renda per capita de US\$6.500, Argentina US\$383 bilhões e renda per capita de US\$8.500, Uruguai US\$56 bilhões e renda per capita de US\$16.000 e o Paraguai US\$42 bilhões e a renda per capita de US\$6.000;

Avelar Hingel, M. (2021). O porquê do MERCOSUL. Entrevista.
Integración y Conocimiento, 10 (2), 248–254.

- o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é mais simétrico: Argentina 0,85, Uruguai 0,80, Brasil 0,76 e Paraguai 0,76;
- o Índice de GINI, que mede a desigualdade social de cada país, varia de 0 a 1; o maior significa uma maior concentração de renda e desigualdade social e o menor significa uma menor concentração de renda e maior igualdade social: Uruguai 0,400, Argentina 0,429, Paraguai 0,480 e Brasil 0,539.
- Vale destacar também os índices de alfabetização: Argentina e Uruguai com 98%, Paraguai 94% e Brasil 93%.

Evidencia-se, portanto, que o MERCOSUL apresenta possibilidades e condições de beneficiar os países membros, permitindo maior simetria e reduzindo as diferenças econômico-sociais existentes.

Referência especial, tendo em vista a possível integração futura da América do Sul, deve ser feita em relação à AMAZÔNIA LEGAL. Trata-se de área compreendida por oito países, estratégica e fundamental para preservação do meio ambiente e da exploração sustentável das riquezas naturais. O raciocínio aplica-se aos povos originários que ali se encontram, em áreas demarcadas ou não. Tais povos representam importância cultural identificada pelas línguas nativas faladas.

O Brasil ocupa a maior parte da região amazônica (60%), mas a preservação deve ser conjunta, promovendo o desenvolvimento integrado. Interessa, portanto, aos demais países da região: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.⁵

A partir de agora passo a me expressar na primeira pessoa para registrar minha opinião.

Uma longa experiência de professor licenciado em Geografia e História, com exercício em diferentes níveis, graus e modalidades de ensino, somada às atividades na vida pública –Secretaria de Educação e Cultura da cidade de Juiz de Fora; Diretor de Faculdade de Filosofia e Letras e de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora; Técnico do Ministério da Educação na função de assessoria a Estados e Municípios; Ministro da Educação e do Desporto; Secretário de Estado da Educação de Minas Gerais e Membro do Conselho Nacional de Educação; conhecedor das realidades brasileiras e dos países vizinhos e participação em Conferências Nacionais, Conferências Ibero-americanas e Conferências de Educação do MERCOSUL– permitem-me opinar sobre a importância de blocos como o do MERCOSUL.

Julgo fundamental escrever sobre os pontos de convergência entre os países membros capazes de proporcionar condições ao seu crescimento do MERCOSUL.

Certamente contribuiram para o sucesso do empreendimento as relações econômicas com vantagens já evidenciadas: observa-se forte crescimento, mais de 15 vezes nas relações intra e extra-

⁵ Guiana e Suriname não pertencem ao grupo de países latino-americanos.

comerciais do bloco, todos participando das vantagens comerciais com boas perspectivas. Os economistas poderão falar mais e melhor sobre esta matéria.

Apresentam comportamento favorável outros aspectos como o turismo, as comunicações, o desporto, refletindo maior mobilidade, interrelacionamento e conhecimento mútuo entre países.

Destaca-se o papel que vem desempenhando o setor educacional que, no entanto, a meu ver, tem mais a oferecer.

Cito como favoráveis as ações na área da educação superior, como o *Núcleo de Estudios e Investigaciones en Educación Superior del Mercosur* (NEIES) da Universidade Nacional de Córdoba –com seus 400 anos de fundação e ações replicadas em outras universidades públicas dos países membros– e a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Esta última universidade tem sede em Foz do Iguaçu (Paraná) e foi criada pelo Brasil em 2010, com a missão de formar “*recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul*” (UNILA, 2021). *Somam-se às instituições, a secular e o novo para o objetivo comum de irmanar os povos. Que o exemplo frutifique em todas as instituições universitárias situadas nos países do MERCOSUL!*

A educação como ferramenta de aproximação deve contemplar todos os seus estágios. A educação pré-escolar, o ensino fundamental (1º grau) e o médio (2º grau) devem prever mecanismos de equivalência de estudos. O ensino técnico e o superior precisam inspirar-se no programa ERASMUS. Não é tarefa fácil. Lembro que, no caso brasileiro, compete à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em articulação com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), promover os estudos e as ações necessárias à implementação das políticas de aproximação e reconhecimento mútuo de estudos técnicos e superiores de graduação, mestrado e doutorado. Trata-se de grande desafio a concretização de programa específico.

Minha palavra final refere-se à importância fundamental do bilinguismo. Os países do MERCOSUL e da América do Sul têm como línguas nativas o Português e o Espanhol, com algumas diferenças dialetais. Contudo o Português é a língua nativa de um único país, o Brasil, que tem 212 milhões de habitantes (40,8% do total), sendo o Espanhol a língua de 44,6%, além do Quichua, Guaraní e outras línguas nativas. O Brasil havia estabelecido a língua espanhola como obrigatória no ensino médio (*O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos de ensino médio, art 2º da lei 11.161 de 5 e agosto de 2005*). Lamentavelmente, esta lei foi revogada em 2017, substituindo-se o Espanhol pelo Inglês!

Acrescento que o bilinguismo também não é tarefa fácil. Na minha experiência de participante de Conferências Ibero-Americanas e do MERCOSUL era o único falante de Português e os demais de Espanhol. Procurei entender meus interlocutores, sem reciprocidade...

Longa vida ao MERCOSUL e seus desdobramentos.

Avelar Hingel, M. (2021). O porquê do MERCOSUL. Entrevista.
Integración y Conocimiento, 10 (2), 248–254.

Referências bibliográficas

Baudrillard, J.; Castells, M.; Morin, E.; Touraine, A.; Bindé, J. (Coord.). (2002). *As Chaves do século XXI*. Lisboa, Portugal: EDIÇÕES PIAGET

Lei Nº 11.161, de 5 de agosto de 2005. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111161.htm

Universidade Federal da Integração Latino-America. (2021). *Sobre a UNILA*. <https://portal.unila.edu.br/institucional>.